



ROBERT MICHELS E JOSEPH SCHUMPETER: DUAS TEORIAS ELITISTAS DA DEMOCRACIA EM PERSPECTIVA COMPARATIVA

Marco Vinicius de Castro¹

Resumo

Robert Michels e Joseph Schumpeter são dois autores que, juntamente com um rol de outros autores, fazem parte de um campo teórico comumente chamado de “teorias elitistas”, “teoria da elite” ou “maquiavélicos”. Este trabalho teve por objetivo fazer uma análise e comparação explícita das obras “Sociologia dos Partidos Políticos” e “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, de Robert Michels e Joseph Schumpeter, respectivamente. Para cumprir esse objetivo, foi feita uma análise sistemática ponto a ponto dessas obras e, posteriormente, tenta-se especificar precisamente as diferenças e similitudes entre elas. Conclui-se que as teorias desses autores são relevantes até os dias atuais para compreender, em diversos contextos, certos aspectos do funcionamento da democracia liberal representativa e da organização dos partidos políticos.

Palavras-chave

Elites;
Democracia;
Michels;
Schumpeter.

ROBERT MICHELS AND JOSEPH SCHUMPETER: TWO ELITISTS THEORIES OF DEMOCRACY IN COMPARATIVE PERSPECTIVE

Abstract

Robert Michels and Joseph Schumpeter are two authors who, along with a list of other authors, are part of a theoretical field commonly called “elitist theories”, “theory of the elite” or “machievellians”. This paper aimed to make an explicit analysis and comparison of the works “Sociology of Political Parties” and “Capitalism, Socialism and Democracy”, by Robert Michels and Joseph Schumpeter, respectively. In order to fulfill this objective, a systematic analysis point-to-point of these works was made and, subsequently, an attempt is made to

Keywords

*Elites;
Democracy;
Michels;
Schumpeter.*

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: marco.castro@ufv.br.

specifying precisely the differences and similarities between them. It is concluded that the theories of these authors are relevant until the present day to understand, in several contexts, certain aspects of the functioning of representative liberal democracy and the organization of political parties.

Introdução

Na perspectiva de um sistema político de governo, a “democracia” pode ser entendida como um fato social bem estabelecido de diferentes formas devido à variedade de contextos em que elas existem ou existiram. Em sua definição mais trivial, basicamente, a palavra democracia vem da junção dos radicais gregos *demos*, que significa povo, e *kratos*, que significa poder, isto é, governo do povo ou poder do povo. Essa categoria remonta ao século V antes de Cristo e surgiu para classificar algumas formas de governo que existiram em algumas Cidades-Estados gregas, como Atenas, por exemplo. Porém, ainda na Grécia antiga, os cidadãos que podiam participar, opinar e votar nas assembleias eram uma minoria, não participavam mulheres, escravos e provavelmente nem todos os homens livres cidadãos eram adeptos da vida política.

Ao longo do tempo a acepção “democracia” teve diversas facetas, sobretudo no âmbito filosófico, onde as mais influentes são as de Locke (1984), Rousseau (2012) e Tocqueville (2005). Locke (1984) enfatiza a ideia de representação democrática, pois ao analisar a relação entre o Executivo, Legislativo e Federativo, este último que acabou sendo criado como Judiciário, estabelece o poder Legislativo como o mais importante, que é o núcleo da representação, influenciando diretamente a ideia de democracia representativa. Já Rousseau (2012), que entende o Estado legítimo como aquele contratado por todas as pessoas livres e iguais, traz a ideia de democracia direta, pois concebe a convergência entre soberano, súditos e cidadãos através das decisões soberanas da vontade geral. Já Tocqueville (2005) trouxe a ideia de que o poder emana do povo, que pode ser estendida à concepção de sufrágio universal, devido à sua assimilação de que o povo participa na elaboração das leis através da escolha dos legisladores.

Esses pressupostos filosóficos sobre a democracia foram tomados como modelos que influenciaram e ainda influenciam diversos contratos constitucionais nos dias atuais. Um exemplo específico é a Constituição do Brasil (1988, p. 11), que expõe logo no seu início, onde trata de seus princípios fundamentais, que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Segundo Miguel (2002), a ideia atual de democracia, seja no senso comum ou academicamente, incorpora duas facetas, uma que remete aos gregos e que nos deram a acepção e parte do imaginário que compõe o senso comum da ideia de

governo do povo, e outra que a institui como regras procedimentais para a escolha dos governantes representantes.

Nesse sentido, a principal característica dos regimes considerados democráticos é a realização de eleições regulares e livres para a representação no governo que, através da concepção de representação e sufrágio universal, tenta articular as duas facetas da democracia. Entretanto, essas duas facetas são contraditórias por excelência, pois em nenhum dos regimes considerados democráticos na atualidade é o povo quem de fato governa e, portanto, as deliberações políticas são implementadas por uma minoria representante, ou seja, uma elite dirigente (MIGUEL, 2002).

A palavra “elite”, de acordo com Bottomore (1965), já era empregada desde o século XVII para retratar produtos de qualidades excepcionais, posteriormente foi também designada para indicar grupos sociais “superiores”, servindo para acentuar as desigualdades de atributos entre indivíduos e grupos em diversas instâncias da vida social. Segundo Bottomore (1965), na ciência política a origem do uso do conceito é italiana, remete a Pareto e Mosca, pois aparece pela primeira vez nesta ciência através das palavras de tais autores.

Conforme Bottomore (1965), Pareto usa a expressão elite em dois sentidos, uma elite governante, seja direta ou indiretamente, e outra não governante, dividindo a população em dois estratos, um inferior, composto pela não elite, e outro superior, composto por uma elite governante e por outra não governante. Já para Mosca, de acordo com Bottomore (1965), existem minorias de grupos organizados e, dentro desses grupos, encontra-se um setor intelectual dessa minoria que realmente a governa, ou seja, elite é uma minoria da minoria, um setor intelectual que forma a identidade de uma minoria e a governa. “Pareto sempre tende a acentuar mais a divisão entre a elite governante e a não-elite, e é Mosca quem examina de forma mais minuciosa a composição própria da elite, especialmente nas modernas sociedades democráticas” (BOTTOMORE, 1965, p. 11). Nesse sentido, esses autores se deparam com um dado bruto na ciência política que é o seguinte: minorias sempre governam maiorias, maiorias nunca governam de fato.

A partir do sintoma da burocracia estatal, Weber (1997) explana que a democracia iria acontecer num cenário permeado de um processo crescente de racionalidade e burocratização. Nesse processo, conforme Weber (1997), os partidos se tornam empresas, ou melhor, máquinas organizadas que procuram recursos e se tornam seletoras de novos líderes através da competição. Embora este autor nunca usou o termo “elite”, nessa perspectiva, o núcleo burocrático pode ser entendido como um meio que busca “elites” para trazer mais eficiência ao partido.

Em seu livro *A Sociologia dos Partidos Políticos*, Michels (1982), sob a ótica da racionalização burocrática, aponta para uma impossibilidade lógica da representação do “povo” através de uma Democracia Representativa na Alemanha. Para Michels (1982), numa sociedade complexa o que realmente acontece é a hegemonia da oligarquia

representante e de seus chefes. Nessa perspectiva, pode-se entender que a soberania também pertence às “elites” governantes.

Ao analisar a Democracia Liberal Representativa, em sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Schumpeter (1961) visa descrever o funcionamento e apresentar as características desse tipo de democracia, ou seja, como ela é. A partir de críticas às ideias dos modelos clássicos de democracia, Schumpeter (1961) concilia sua análise aos pressupostos das “teorias elitistas” para tentar explicar o funcionamento da Democracia Liberal Representativa.

Embora possa recorrer a outros autores e comentadores para um melhor entendimento e comparação, serão nas obras de Michels (1982) e de Schumpeter (1961) que a análise deste trabalho se concentrará. Por essa via, este trabalho buscará fazer uma análise e comparação explícita das obras *A Sociologia dos Partidos Políticos e Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de Michels (1982) e Schumpeter (1961), respectivamente.

Robert Michels e a “lei de ferro das oligarquias”

Publicado antes da Primeira Guerra Mundial, em seu livro *Sociologia dos Partidos Políticos*, Michels (1982) não pretende fazer um estudo filosófico e sim uma descrição de um fenômeno político ainda jovem, isto é, a relação entre partidos políticos e democracia. A partir do estudo de caso do Partido Social Democrata Alemão (SPD), um dos mais antigos partidos políticos da Alemanha, Michels (1982) analisa a trajetória do partido pela via da organização política. Nessa perspectiva, Michels (1982) desenvolve seus argumentos acerca da necessidade de organização.

O SPD, de seu início até o início do século XX, era um partido socialista e influenciado pelas ideias de Marx (1999) e, com o advento da primeira guerra, o partido direciona suas convicções para o ideal de social democracia, tendo em 1919, ainda na República de Weimar, o presidente Friedrich Ebert (SPD) eleito democraticamente. “[...] Michels tinha simpatia pelo socialismo e pelo movimento operário. [...], antes de estudá-lo, ingressou no partido, militou, participou de vários de seus congressos” (MIGUEL, 2002, p. 496). Isso foi fundamental para Michels (1982) estudar a relação entre a democracia e o SPD.

Segundo Braga (2012), Michels entende o SPD como o exemplo de partido de massa moderno mais complexo e, desenvolvido a partir da democracia política, acabou por se tornar uma organização oligárquica. Para Michels (1982), a sociedade contemporânea possui uma característica, ela é complexa por excelência e, desta maneira, essa complexidade leva à necessidade de organização de grupos de indivíduos que possuem interesses comuns a se organizarem em torno deles.

Com o intuito de responder à pergunta “o que é necessário à organização?”, Michels (1982) recorre à ideia de eficiência de Weber (1997), onde este último entende que a racionalização atua tanto na ação quanto na estrutura (Estado). Conforme Weber

(1997), a ação racional tem em seu princípio o cálculo racional como meios eficientes para conseguir fins, ou seja, meios para satisfação de interesses e, sendo assim, o poder de um partido encontra-se na eficiência de racionalização de sua própria organização, pois quanto mais organizado maior é a probabilidade de satisfação de seus interesses. Por essa via, Michels (1982) entende que os grupos precisam se organizar para serem eficientes, caso contrário eles não se sustentam, pois não há possibilidade de defesa de interesses sem eficiência. “É através deles (partidos) que os grupos sociais costumam exprimir, de modo mais ou menos completo, suas reivindicações e interesses, assim como participar, de modo mais ou menos eficaz, da formação das decisões públicas” (CODATO; BRAGA, 2012, p. 6).

Eficiência, nessa perspectiva, requer especialização técnica, o que gera chefia, ou seja, pessoas especializadas em tomar decisões e gerar organização. Michels (1982) entende que é necessária essa formação de chefia para a direção de grandes máquinas partidárias, o que acaba por afastar seus militantes, culminando numa centralização que pode coibir iniciativas que poderiam surgir das bases do partido, pois o poder de decisão é pouco a pouco retirado das massas dos partidos e concentrado nas mãos dos chefes. Embora Michels (1982) nunca usou a terminologia “elite”, os chefes, nessa lógica, podem ser entendidos como *elites* que pensam e planejam a execução das coisas em um determinado partido.

A partir do estudo de caso do SPD, Michels (1982) compreende que os partidos políticos são carentes de chefias especializadas e assim terem mais eficiência na satisfação de seus interesses, o que pode acabar por gerar uma oligarquização, isto é, formação de chefias e concentração de poderes. Através dessa tendência à oligarquia, ou melhor, à “elitização”, teoricamente o chefe deveria ser apenas um empregado ligado às instruções das massas, mas a organização tem o efeito de dividir o partido em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida, em que a massa tem de se contentar apenas com as prestações de contas dos chefes, tornando o controle democrático da massa sobre a chefia uma questão meramente insignificante e ilusória (MICHELS, 1982). Nesse sentido, Michels (1982, p. 25) entende que “terminadas as eleições, termina também o poder dos eleitores sobre seus eleitos”, tornando o delegado o dono da situação.

“Nas sociedades democráticas modernas, o partido político é por excelência o canal da representação. Os partidos são (ou foram no passado, a discutir) os mecanismos institucionais mais importantes da vocalização política” (CODATO; BRAGA, 2012, p. 6).

[...] O povo participa da composição das leis pela escolha dos legisladores, da sua aplicação pela eleição dos agentes do poder executivo; podemos dizer que governa por si mesmo, a tal ponto a importância deixada à administração é fraca e restrita, a tal ponto ela é marcada por sua origem popular e obedece ao poder de que emana. O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o

universo. Ele é a causa e o fim de todas as coisas. Tudo provém dele e tudo nele se absorve (TOCQUEVILLE, 2005. p. 68, grifo nosso).

“A democracia poderia existir em pequenos grupos, mas, mesmo nesses casos, a especialização e a divisão de funções em larga escala, quando necessárias, inviabilizariam a manutenção dos processos democráticos” (BRAGA, 2012, p.86). Nessa perspectiva, a Democracia Liberal Representativa numa sociedade complexa, para Michels (1982), se configura como uma impossibilidade lógica, o que acontece é a hegemonia dos representantes, ou seja, das elites, pois a soberania pertence a elas. Consoante Michels (1982), se o soberano é o povo representado, então a função de governar é especializada, pois a representação é uma tentativa de dar eficiência ao governo, e logo depois das eleições o poder não emana mais do povo, mas sim de uma parte dele, isto é, das “elites”.

Essa argumentação, se tomada como uma crítica à Tocqueville (2005), também pode ser tomada como uma para o Estado Comunista e sem chefes de Marx (1999), assim para a não factibilidade da Democracia Direta nos moldes de Rousseau (2012), devido à impossibilidade de reunir multidões, e até mesmo ao bom senso inerente à representação concebido por Locke (1984). “A submissão das massas à vontade de alguns indivíduos seria, por conseguinte, uma das mais altas virtudes democráticas” (MICHELS, 1982, p. 26).

Michels (1982) entende que o número de cidadãos que realmente se interessa pelos assuntos políticos é insignificante, ou seja, a maioria dos cidadãos não faz a mínima ideia das influências e consequências que os assuntos do Estado podem exercer sobre suas vidas. A renúncia ao exercício dos direitos democráticos, nesse sentido, é uma renúncia voluntária, o que sugere a necessidade de chefes entre as massas. Nesse sentido, para Michels (1982), até nos partidos mais democráticos, como no caso do SPD, apenas uma minoria irrisória participa das decisões do partido.

“As grandes massas só respondem ao apelo quando lhes prometem a intervenção de um orador de peso ou quando se tem o cuidado de lhes lançar uma palavra de ordem particularmente violenta” (MICHELS, 1982, p. 34). Michels (1982) apreende a indiferença da massa pela vida pública acaba também por se tornar um obstáculo à ampliação do poder no partido e, além disso, há uma gratidão política das massas que contribui para assegurar a supremacia dos chefes que, basicamente, perpassa pelo reconhecimento sincero das multidões pelas personalidades que falam e escrevem em seu nome.

Por essa via, acontece também uma necessidade de veneração entre as massas, uma vez que a adoração dos militantes pelos seus chefes decorre de uma necessidade de se curvar diante de indivíduos e de grandes ideais, provocando uma megalomania em quem é objeto dela (MICHELS, 1982). “Ao mesmo tempo em que reage sobre as massas, ela exalta ainda sua admiração pelos chefes e constitui assim, para a supremacia destes, um novo elemento de estabilidade” (MICHELS, 1982, p. 44).

Segundo Michels, isto levaria inexoravelmente ao abandono dos ideais revolucionários. Primeiro, porque seus líderes já alcançaram uma posição privilegiada dentro da sociedade; depois, porque uma tentativa revolucionária poderia causar a dissolução do partido (e a perda do ganha-pão). O poder, diz Michels (idem:219), é sempre conservador. A essa construção teórica, ele deu o nome de “lei de ferro da oligarquia”. Segundo ela, toda organização gera uma minoria dirigente, com interesses divergentes dos de sua base. Embora os caminhos traçados sejam diferentes, a conclusão é idêntica à de Mosca: só a minoria pode governar (MIGUEL, 2002, p. 497, grifo nosso).

Como uma das principais características acessórias dos chefes, Michels (1982) destaca o dom da oratória, pois ela é o principal meio para ganhar sua supremacia sobre as massas por causa de seu poder estético e emotivo da palavra. Segundo Michels (1982) a beleza do discurso sugestiona a massa, não pelo conteúdo do discurso em si, mas pelas características do dom da oratória, como a beleza ou força da voz, de modo que a sugestão submeta-a sem resistência à influência do orador. “O prestígio que o orador adquire junto às massas é, por assim dizer, ilimitado” (MICHELS, 1982, p. 46).

Outra questão também é o prestígio das celebridades, pois, conforme Michels (1982, p. 47), “as massas julgam uma honra confiar a uma celebridade a direção de seus assuntos. As multidões se curvam sempre, e de bom grado, ao julgo dos indivíduos célebres”. Nesse sentido, para o “povo” um nome coberto de honra e glória aparece como um dos melhores títulos para obter o grau de chefe. Michels (1982) explica que a esses fatores subjetivos acrescentam-se ainda razões objetivas e de tática.

Ao analisar os fatores intelectuais entre chefes e massa, Michels (1982) chama atenção para uma eventual superioridade intelectual dos chefes profissionais, de um lado, e da incompetência formal e real das massas, do outro. Essa diferença entre chefes e massa, segundo Michels (1982), acontece porque os operários criam novos chefes cuja principal arma de dominação consiste na sua maior instrução intelectual. Nesse sentido, a instrução significa a possibilidade de exercer sobre as massas um poder de sugestão.

[...], se a democracia interna do partido é uma pré-condição para a democracia ou se a lei férrea da oligarquia deve se aplicar também à organização do próprio Estado, Michels sugere que deveríamos ser pessimistas quanto às chances plenas da realização da democracia (BRAGA, 2012, p. 93, grifo nosso).

“Michels tocou em um ponto crucial para a implementação da democracia, que é a relação entre representantes e representados. Sua teoria é útil para analisar o desgaste atual dos partidos políticos, que pode ser creditado aos vícios que ele descreveu” (MIGUEL, 2002, p. 497). Nesse sentido, Michels (1982) entende que as massas democráticas sofrem uma restrição de sua vontade quando são obrigadas a revestirem seus chefes de autoridade. Desta maneira, Michels (1982) encara o princípio da democracia como corroído, pois nos assuntos de administração e de tática, há certo

grau de despotismo por parte dos chefes, desviando os princípios da democracia pura a partir das relações entre partidos e suas massas internas, de modo que a ausência de democracia interna nos partidos corroeria todo o sistema democrático.

Joseph Schumpeter e a “análise mercadológica da democracia”

Schumpeter (1961), em seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, tenta analisar, descrever e apresentar o funcionamento e as características da Democracia Liberal Representativa. Com esse intuito, de descrever e apresentar *como é* a partir de uma análise empírica, ele concilia as “teorias das elites” com uma análise mercadológica autêntica da democracia.

Ao analisar a história dos partidos socialistas, “começamos a ter dúvida sobre a validade de que, uniformemente, todos eles defendem o credo democrático” (SCHUMPETER, 1961, p. 291). Schumpeter (1961) chama a atenção para algumas características desses partidos, a primeira é que eles são dirigidos por uma minoria e não oferece oportunidade a outros, como os casos de devoção aos líderes Lenin e Stalin; a segunda é que eles sustentam a fé democrática por não terem outra oportunidade de participar do jogo e; terceiro, é que onde o socialismo foi experimentado o êxito não é suficientemente convincente. Nesse sentido, ele conclui que os partidos socialistas adotam a democracia apenas quando ela somente serve como meio para atingir os seus interesses e ideais.

A democracia é um *método político*, isto é, um certo tipo de **arranjo institucional para chegar a uma decisão política** (legislativa ou administrativa) e, por isso, **incapaz de ser um fim em si mesmo**, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas. E justamente este deve ser o **ponto de partida para qualquer tentativa de definição** (SCHUMPETER, 1961, p.296-297, grifo nosso).

Schumpeter (1961) salienta que um método, por ser um método, não pode ser considerado como um fim em si mesmo, de modo que um método é apenas um meio para chegar a um fim e, como meio, não se pode esperar que um meio produza sempre os mesmos resultados e nem favoreça os mesmos interesses ou ideais. Sendo tomada como um método para colocar líderes no poder, ou seja, delegar o governo às “elites”, Schumpeter (1961) questiona até que ponto as decisões tomadas pelos líderes se correlacionam com a ideia de “governo do povo”.

Para Schumpeter (1961, p. 299) “a fé religiosa, por exemplo, é certamente compatível com a democracia, seja qual for a maneira de definirmos essa última”. Isso decorre de uma crítica aos clássicos que procuram definir democracia, principalmente a democracia representativa de Locke (1984), a direta de Rousseau (2012) e a ideia de “governo do povo” de Tocqueville (2000). O alvo principal de Schumpeter (1961) é a ideia de bem comum de Rousseau (2012), pois ele acredita que é impossível um consenso racional de bem comum numa sociedade complexa e plural, porque os

indivíduos pensam muito diferentes e há uma grande divergência de interesses e ideais. Nesse sentido, Schumpeter (1961) entende que as ideias usadas para definir democracia, como igualdade, liberdade, representação, contrato e governo do povo, não servem para mostrar o real funcionamento da democracia, ou seja, essas ideias não podem ser usadas para entender como a democracia realmente funciona.

Constatada a impossibilidade de um literal governo do povo, Schumpeter (1961) argumenta que a ideia de representação visa abandonar a ideia de governo do povo e a substituir por um governo aprovado e legitimado pelo povo. Além da impossibilidade de uma democracia direta, devido às restrições impostas por condições demográficas e geográficas, também há o argumento de que o povo não possui uma identidade definida ou uma personalidade legal e, nesse sentido, “o povo, como povo, não pode jamais governar ou dirigir realmente” (SCHUMPETER, 1961, p. 301). Nessa perspectiva, as ideias de bem comum e vontade do povo, assim como as demais ideias da doutrina clássica, são consideradas apenas postulados meramente filosóficos e ideológicos.

Segundo Schumpeter (1961), o povo, no sentido de aglomeração física e numerosa de pessoas, possui grau mais baixo de racionalidade e maior sensibilidade de influências irracionais, ou seja, é incapaz de agir para realizar um determinado desejo. Schumpeter (1961) entende que a racionalidade de pensamento e ação são duas coisas completamente diferentes, onde a primeira não implica necessariamente na segunda, e a segunda não pode se apresentar sem a primeira. Nesse sentido, o povo é tomado como destituído de racionalidade de pensamento e ação, pois “o senso de responsabilidade reduzido e a ausência de vontade efetiva, por outro lado, explicam a ignorância do cidadão comum: e a falta de bom senso em assuntos de política interna e externa” (SCHUMPETER, 1961, p. 319).

Com isso Schumpeter (1961) aponta para os débeis elementos da mentalidade e vontade coletiva que, segundo ele, são genuinamente fabricados e manipulados por métodos de publicidade e propaganda. E ainda, “para Schumpeter, a propaganda política possui uma diferença crucial em relação à comercial: a impossibilidade de ser testada” (MIGUEL, 2012, p. 501).

Ao rechaçar os ideais da teoria clássica da democracia, onde o povo teria uma opinião definida e racional manifestada através da escolha dos representantes, Schumpeter (1961, p. 328) diz que “o papel do povo é formar um governo, ou corpo intermediário, que, por seu turno, formará o executivo nacional”. Então ele incorpora o seguinte fraseado: “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (SCHUMPETER, 1961, p. 329).

Num sistema de voto majoritário, Schumpeter (1961, p. 332) entende que “a vontade da maioria é apenas a vontade da maioria e não a vontade do povo” e, nesse sentido, ele apreende que a função do voto serve apenas para a aceitação e legitimação da liderança pela população.

Nessa perspectiva, Schumpeter (1961) entende que há uma concorrência pelo apoio do povo, ou seja, há uma luta competitiva num mercado político em que os líderes competem pelo voto da população. Isso abre espaço para o reconhecimento do papel vital dos líderes, isto é, das “elites”, pois elas se transformam em fatores políticos quando a função do eleitorado se restringe apenas em formar e delegar o governo a elas. A partir da relação entre eleitorado e delegação, Schumpeter (1961) concebe uma ideia da essência da democracia, que é a competição pela liderança política.

Ao analisar as consequências desse estudo, Schumpeter (1961) salienta algumas características do funcionamento da democracia, algumas delas são: 1) a democracia não é o governo do povo, no sentido tradicional das palavras governo e povo, pois, devido à livre concorrência no mercado dos possíveis líderes pelo voto do eleitorado, a democracia é o governo dos líderes; 2) esse processo produz legislações e administrações como subprodutos da negociação de votos e competição pelos cargos políticos; 3) competição em um sistema majoritário pode implicar problemas em relação à qualidade dos selecionados pela população para as posições do governo.

A partir dessas características, Schumpeter (1961) aponta algumas condições desejáveis para o êxito do método democrático: a primeira é ter disponível no mercado político um material humano de qualidade suficientemente alta, pois o método seleciona não entre a população, mas entre a oferta de líderes no mercado de compra e venda de votos; a segunda, a burocracia deve ser suficientemente forte para guiar e instruir os políticos e não produzir monstros legislativos; em terceiro, o parlamento deve resistir à tentação de perturbar ou embaraçar o governo quando tem oportunidade, pois isso pode significar o princípio do fim da democracia; e por último, nas sociedades complexas a concorrência pela liderança no mercado de compra e venda de votos necessita de muita tolerância entre as diferenças de opiniões, embora essa tolerância não possa ser absoluta. Schumpeter (1961) aponta essas condições porque percebeu que a democracia precisa de um mínimo de autocontrole, pois a democracia sem um efetivo autocontrole pode ficar em posição desvantajosa em épocas de crise, o que pode levar à adoção de um regime monopolista.

Schumpeter (1961) também analisa o funcionamento do método democrático nas ordens capitalista e socialista. Para Schumpeter (1961) a democracia se reestabeleceu paulatinamente com a ordem capitalista e, portanto, ela é uma arma racionalizada do ponto de vista dos ideais burgueses e produto dessa ordem. Nesse sentido, o autor considera que os ideais burgueses sempre contaminarão outras classes enquanto forem dominantes. Já a ideologia do socialismo clássico, Schumpeter (1961) a considera como descendente da ideologia burguesa e, embora discordem em alguns aspectos, como a questão da propriedade privada e bem comum, partilham muitos ideais da doutrina clássica e do fundo racional e militarista.

Porém, tanto no capitalismo como no socialismo, caso queiram adotar um regime democrático, Schumpeter (1961) argumenta que a figura do líder sempre estará

presente. Nesse sentido, “de qualquer maneira, a democracia não significará maior liberdade pessoal. E, mais uma vez, não terá maior semelhança com os ideais entronizados na doutrina clássica” (SCHUMPETER, 1961, p. 367).

Michels e Schumpeter em perspectiva comparada

Antes de tudo é importante salientar o lapso temporal e contextual entre a obra de Michels (1982), *Sociologia dos Partidos Políticos*, publicada em 1915, e a de Schumpeter (1961), *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, publicada em 1942. Isso sugere que Michels (1982) provavelmente foi uma das influências de Schumpeter (1961), e que o segundo vivenciou o que o primeiro havia cunhado como “lei de ferro das oligarquias”, que é a “elitização” dos partidos, principalmente dos socialistas, considerados os mais democráticos internamente, e isso fica claro quando Schumpeter (1961) cita a devoção aos líderes Lenin e Stalin, que dirigiam uma maioria e não davam oportunidades a outros. Michels (1982) também não vivenciou a ascensão do regime nazista na Alemanha, mas já havia deixado claro que a geração de chefia era o ponto de partida para o afastamento das massas dos partidos, por um lado, e a concentração de poderes nas mãos dos chefes, do outro.

Uma das maiores influências dos autores analisados vem de Weber (1997; 2009). Como já foi citado anteriormente, Weber (2009) entende que racionalização atua tanto na ação quanto na estrutura, isso se deve quando ele define *ação racional* como aquela que procura por meios para atingir fins, ou seja, a ação instrumental ou teleológica e, na estrutura, quando ocorre a *dominação racional* legal, onde a autoridade é impessoal e são validadas através de estatutos legais ou regras racionalmente criadas que visam validade impessoal para todos os indivíduos, onde o Estado Burocrático é o principal exemplo tomado pelo autor de legitimidade racional burocrática na sociedade moderna.

Vale também ressaltar que Weber (1997, 2009) tem por influência Maquiavel (1991), onde este último cunha a ideia de *virtù* que, metaforicamente, perpassa por duas qualidades, a do homem, que é a sagacidade e inteligência humana para o planejamento estratégico, e a do animal, que é a força por meio de um exército ou armas próprias. Nesse sentido, Maquiavel (1991) entende que essas duas qualidades são meios que, aplicados convenientemente, servem para dar mais eficiência à sorte nas investidas para tentar conquistar e manter o poder, ou melhor, fundar o Estado.

Outro aspecto interessante a salientar é que, segundo Bottomore (1965), o que ficou conhecido como “teoria das elites” de Michels, Weber, Pareto e Mosca surgem quase que concomitantemente e que eles ajudaram a construí-la de diferentes maneiras. Schumpeter (1961) apareceu posteriormente, mas também não deixa de contribuir autenticamente. Então é válida a tentativa de apontar o que as teorias desses autores possam ter em comum.

Feito esse pequeno grande apanhado geral, talvez de forma até demasiadamente trivial, ficará melhor para entender, analisar e comparar as obras de Michels (1982) e Schumpeter (1961), e assim tentar apontar onde eles se aproximam e distanciam em suas teorias, e também quais são os caminhos próprios que seguem. Nessa perspectiva,

primeiramente tentar-se-á ressaltar como decorre a influência de Weber (1997; 2009) sobre ambos, posteriormente serão analisadas as composições autênticas de suas obras e quais foram as suas principais contribuições para a análise elitista da democracia e, por fim, a possível proximidade de suas obras segundo as concepções elitistas de Pareto e Mosca descritas por Bottomore (1965).

Weber (1997; 2009) tem uma obra muito vasta, mais completa e complexa que a de Michels (1982) e Schumpeter (1961), talvez até mais que a dos dois juntos. A partir do entendimento de que Weber (2009) compreende que a racionalização atua tanto na ação quanto na estrutura, pode-se entender que Michels (2009) enfatiza sua análise no plano da ação, conquanto Schumpeter (1961) se volta para o plano da estrutura, embora os entendimentos de ambos possam ser trasladados tanto para a ação quanto para a estrutura, portanto não são exclusividades de um ou de outro campo. Essa pequena diferença entre os autores decorre porque a obra de Michels (1982) analisa a relação entre chefes e massa do SPD na social democracia alemã e, conseqüentemente, como isso desencadeia a concentração de poder nas mãos dos chefes e a dispersão das massas partidárias, e quando fala em burocracia e regras, enfatiza apenas as que são internas ao SPD e deixa subtendido o seu funcionamento no âmbito estatal burocrático. Já Schumpeter (1962), ao tomar a democracia como um método que define regras para a competição pelo poder, entende o método democrático como regras racionais que perpassam por uma dominação estatal burocrática e, desta maneira, essas regras não podem ser quebradas, portando os líderes têm de segui-las para competir pela conquista e manutenção do poder.

Michels (1982) foi aluno direto de Weber, talvez por isso a influência do segundo sobre o primeiro seja mais nítida, enquanto Schumpeter (1962) nasceu posteriormente e, como economista, talvez tenha conciliado uma análise mercadológica com a teoria das elites e a análise da dominação burocrática para descrever o funcionamento do método democrático. Weber (1997) entende que o poder, no Estado moderno, encontra-se na burocracia e não se exerce o poder por meio de discursos parlamentares ou de monarcas, mas mediante a condução da rotina cotidiana da máquina burocrática e, dessa maneira, ele concebe o “povo” como um exército de massa comandando por um oficial superior investido de poder, ou seja, o Estado Burocrático. Nessa perspectiva, assim como Weber (1997) com o Estado Burocrático, Schumpeter (1961) também entende a Democracia Liberal Representativa como um sistema administrativo racionalmente calculado e efeito do desenvolvimento do capitalismo moderno. Talvez tenha sido este o ponto de partida para a ideia de democracia como método baseado em regras burocráticas que definem a disputa pelo poder entre os possíveis líderes, como concebeu Schumpeter (1962).

Weber (1997), ao analisar a relação entre partidos e Estado moderno, também já tinha percebido o elemento da competição entre partidos no parlamento e, geralmente baseados em ideologias partidárias, essas competições almejavam o controle da burocracia. Aqui já aparece de forma incipiente a ideia de competição que foi posteriormente desenvolvida e atualizada por Schumpeter (1961), que será discutida

mais adiante, aqui por enquanto irá conter-se na questão dos partidos, que foi estudada com maior detalhe por Michels (1982). Nesse sentido, Weber (1997, p. 46) já entendia que “é decisivo que na administração de associações de massas os funcionários especializados sempre componham o núcleo do mecanismo, pois sua disciplina é a precondição absoluta do êxito”. Embora Weber (1997) nunca usou a palavra, esse funcionário especializado ou os líderes que compõe o núcleo, também podem ser entendidos como “elites”.

Nessa perspectiva, de funcionário especializado para dar eficiência à condução da máquina burocrática, Michels (1982) analisa minuciosamente o papel dos chefes nas organizações democráticas, sobretudo no SPD. Desta maneira, Michels (1982) entende que, se existem grupos de interesses particulares que visam à realização destes, eles precisam se organizar para dar eficiência às suas possíveis realizações, e essa eficiência requer chefias organizadas, ou seja, oligarquias. Embora oligarquia seja um conceito definido de forma amorfa por Michels (1982), tudo indica que o fenômeno de oligarquização é essa tendência à organização minoritária em torno da possível realização de interesses de grupos, o que requer chefias especializadas para terem eficiência nessa possibilidade. Talvez essa seja a contribuição autêntica de Michels (1982), que ficou comumente conhecida como “lei de ferro das oligarquias” e que, para além da organização minoritária nos partidos, também pode ser aplicada à ideia de organização do próprio Estado e, portanto, ela também serve para pensar a relação entre massas democráticas e o efeito da delegação de seus poderes às chefias organizadas.

Schumpeter (1961) concebe a democracia como um método burocrático racional para regular a competição pelo poder, onde essa regulação desempenha a função de um jogo pelo poder com regras efetivadas e que não podem ser quebradas. No jogo do mercado político, os líderes competem pela preferência dos eleitores e, desta maneira, Schumpeter (1961) explana que o funcionamento da democracia é como um mercado com a relação de compra e venda de votos, onde os partidos são produtores que vendem ideias, discursos, carisma, emoções, ideologias, políticas públicas, dentre outros, e o eleitorado compra esses produtos através da moeda voto. Schumpeter (1961) também salienta que a competição nesse mercado pode ser imperfeita, pois se os partidos detiverem as regras do jogo e os poderes de decisões, o mercado político pode se transformar em um oligopólio. Talvez essa seja a autenticidade e contribuição de Schumpeter (1961), a análise pela via mercadológica.

Tanto Michels (1982) quanto Schumpeter (1961) desprendem uma chuva de críticas aos ideais das teorias clássicas da democracia, sobretudo às de Rousseau (2012), Locke (1984) e Tocqueville (2000), pois estas serviram como base filosófica para diversos contratos constitucionais em que estão presentes as ideias de ação direta, representação e governo do povo, porém Schumpeter (1961) é mais brando com a ideia de representação, pois se entende que ele é conivente com tal princípio. Ambos também criticam a ideia de Estado Comunista de Marx (1999), pois consideram impossível um governo das massas e destituídos de chefes ou líderes, respectivamente.

No entanto, Michels (1982) considera a democracia uma impossibilidade lógica e, Schumpeter (1961), possui um olhar menos pessimista e lança uma luz sobre a possibilidade do método democrático quando aponta algumas condições desejáveis para a eficiência desse método e da representação.

O tema da complexidade também está presente nas obras analisadas dos dois autores. Michels (1982) entende o PSD como o partido de massa moderno mais complexo, e a complexidade é também uma característica da sociedade contemporânea, e é essa complexidade que leva à necessidade de organização de indivíduos e grupos em torno da possibilidade de dar eficiência à satisfação de seus interesses em comum. Schumpeter (1961) utiliza o tema da sociedade complexa e plural para atacar a ideia de bem comum, pois é exatamente essa complexidade que faz com que os indivíduos pensem de forma diferente e que aconteçam divergências de interesses e ideais, sobretudo quando se trata da reunião de um grande número de pessoas.

Quanto à análise sobre os partidos socialistas, assim como Michels (1982), que a partir do estudo de caso do partido socialista SPD compreende os partidos políticos como carentes de chefia, que gera uma oligarquização em forma de chefias organizadas e concentração de poderes, Schumpeter (1961) concorda que esses tipos de partidos são dirigidos por uma minoria e que também não oferece oportunidade à massa do partido. Porém, Schumpeter (1961) complementa que os partidos socialistas sustentam a fé democrática por não terem outra oportunidade de participar do jogo competitivo pelo poder e, também, onde o socialismo foi realmente experimentado o seu êxito não foi suficientemente convincente. Nesse sentido, Michels (1982) conclui que a organização tem o efeito de dividir o partido em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida e, passadas as eleições, também termina o poder dos eleitores sobre os eleitos, conquanto Schumpeter (1961), além de concordar que nesses partidos há concentração de poder na minoria dirigente, conclui que os partidos socialistas adotam a democracia apenas quando ela somente serve como meio para atingir os seus interesses e ideais.

Ao analisar os fatores intelectuais entre chefes e massas, Michels (1982) coloca a superioridade dos primeiros em detrimento da incompetência formal das massas, pois ele entende que a dominação organizacional também perpassa pelo nível de instrução entre chefes e massas nos partidos. Schumpeter (1961), além de chamar a atenção da dificuldade de definir povo, também argumenta que a aglomeração das massas possui o mais baixo grau de racionalidade, apontando para um débil elemento da vontade coletiva diante dos líderes. Nesse quesito ambos estão de acordo que minorias sempre governam majorias devido à debilidade dessas últimas, e que é logicamente impossível um eventual governo da maioria, pois seja dentro do partido ou na competição política, a racionalidade da massa é sempre limitada.

De acordo com Bottomore (1965), Pareto visa acentuar a divisão entre elite governante e a não elite, enquanto Mosca analisa mais detalhadamente a composição própria da elite e, nessa perspectiva, pode-se entender que a análise organizacional dos

partidos de Michels (1982) se aproxima mais da investigação de Mosca, enquanto a observação pela via da competição mercadológica de Schumpeter (1961) se aproxima mais do estudo de Pareto. É importante salientar que, embora possa haver essa aproximação de análise, é possível que Michels (1982) não tenha tido acesso às obras de Pareto e Mosca, enquanto a probabilidade de que Schumpeter (1961) tenha lido as obras desses três autores é alta. Mas o que interessa é que, tanto Michels (1982) quanto Schumpeter (1961), assim como Weber, Pareto e Mosca, embora de diferentes formas, convergem as suas análises em um ponto em comum, que basicamente é o seguinte: minorias sempre governam majorias e, de fato, majorias nunca governam minorias. Nesse sentido, Pareto, Mosca, Weber, Michels e Schumpeter são autores comumente, ou até mesmo pejorativamente, rotulados de “teorias elitistas”, “teoria das elites” ou “maquiavélicos”, devido a esses aspectos imanentes às suas teorias.

Conclusão

Foi feita uma análise sistemática e comparação ponto a ponto das principais obras de Michels e Schumpeter para tentar verificar as diferenças e similitudes entre suas teorias e as suas principais contribuições para a análise realista da democracia. Michels cunhou o que ficou comumente chamado “lei de ferro das oligarquias” e Schumpeter a ideia de “método democrático”. Ambos propõem uma alegação por um enunciado sintético. Michels entende que a organização é uma tendência que apresenta a eficiência por substrato essencial, onde essa eficiência requer a formação de chefias especializadas. Schumpeter compreende a competição no mercado político da democracia como uma relação de compra e venda de votos entre eleitorado e possíveis políticos.

As ideias de Michels são importantes, hoje em dia, para buscar entender o papel da organização e formação de chefia nos partidos políticos em torno de interesses específicos em um cenário dito democrático. Além disso, outra questão interessante trazida por esse autor é o papel das personalidades do orador e das celebridades na política e como se estabelecem seus reconhecimentos e gratidão pelas massas. Outro aspecto relevante é o discurso, pois Michels coloca implicitamente que as ideias, valores e objetivos iniciais dos partidos se tornam meramente secundários quando a questão é “se manter” no poder, ou seja, não passam apenas de discursos para mobilizar parte da massa e “conquistar o poder”. Essas podem ser as principais contribuições de Michels para suscitar pesquisas e estudos em quaisquer contextos que se autoproclamam democráticos nos dias atuais.

As concepções de Schumpeter são relevantes, atualmente, para tentar entender os sistemas políticos e como se estabelecem os diferentes métodos para regular a competição pelo poder em diferentes contextos. A partir do entendimento de que o governo do povo é uma ficção, pois o que existe são governos que atendem demandas de pessoas, isso sugere a pensar sobre quais demandas de quais pessoas os governos democraticamente eleitos atendem. Se a democracia funciona como um mercado de compra e venda de votos, isso também sugere maiores reflexões sobre como são

definidas as ofertas de candidatos e quais são seus produtos para atingir a preferência dos eleitores e, ulteriormente, se esses produtos não passam de ideias ou se são de fato implementados. Outra questão interessante suscitada pela análise de Schumpeter é o que pode acontecer quando os partidos detêm as regras do jogo e os poderes de decisão, e quais as possíveis consequências disso em um cenário dito democrático.

Diferentemente das teorias clássicas da democracia, assim como das novas teorias normativas da democracia de alguns autores contemporâneos, estes últimos que não vem ao caso citá-los aqui, não por menosprezo, pois como os primeiros, suas teorias pautadas no *dever ser* também são imensuravelmente importantes para o desenvolvimento e aprimoramento da democracia. Logo, o intuito aqui é salientar a necessidade do resgate e continuidade do desenvolvimento de teorias que fazem uma análise realista do funcionamento das democracias para, desta maneira, tentar alcançar um melhor estreitamento entre o que *deve ser* e o que realmente *é* a democracia na aplicabilidade e implementação dos sistemas políticos ditos democráticos.

Referências

- BOTTOMORE, Tom B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%202%202018> Acesso em 26/07/2017.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Democracy and organization within political parties: revisiting the micro-basis of Michels' work. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 44, p. 83-95, 2012.
- CODATO, Adriano; BRAGA, Maria do Socorro Sousa. DOSSIÊ “O CENTENÁRIO DE SOCIOLOGIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS, DE ROBERT MICHELS”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 44, 2012.
- LOCKE, John. **Segundo Tratado do Governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe: escritos políticos**. Abril Cultural, 1991.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. E-book: Rocket Edition, 1999. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifesto_comunista.pdf> Acesso em 07/08/2017.
- MIGUEL, Luís Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **Revista Dados**: Rio de Janeiro, vol. 45, nº3, p. 483-511, 2002.

MICHELS, Robert. **A Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UnB, 1982.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WEBER, Max. **Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída**. Partes II a IV. In: Max Weber, **Textos Seleccionados**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1. Brasília: UnB, 2009.